

MINUTA MEMÓRIA DE REUNIÃO - CTIL (Gestão 2016/2020)

Data: 09 de junho de 2020

Horários: 09h30 às 11h50

Local: Videoconferência via Google Meet

Quadro resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória

Participantes:

NOME		INSTITUIÇÃO
1	Luiz Roberto Porto Farias	CREA/AL
2	Marcelo Ribeiro	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território da Diamantina/BA
3	Moisés Menezes dos Santos	Associação dos Condutores de Visitantes de Morro do Chapéu/BA
4	Deivid Oliveira	FIEMG
5	Maria Socorro Carvalho	Ass. Comunitária Estiva II
6	Claudio Ademar da Silva	IRPAA
7	João Bastos Neto	AFAF
8	Gildo Cravo Batinga Neto	OAB/SE
9	Wellington de Santana	SEMARH/SE
10	Sonáli Cavalcanti Oliveira	CHESF
	Douglas Falcão Wanderley	CHESF
11	Rogério Pena Siqueira	ABES/MG
DEMAIS PARTICIPANTES		
12	Ednaldo Campos	DIREC/CBHSF
13	Laura Rainoni Araújo	Agência Peixe Vivo
14	Rubia Mansur	Agência Peixe Vivo
15	Luiza Baggio	TANTO
JUSTIFICOU AUSENCIA		
16	Renato Scalco Silveira	COMLAGO

1. Abertura e verificação de quórum

O Sr. Roberto Farias, coordenador da CTIL, abre a reunião às 09h40 após a constatação do quórum, agradece a presença de todos, solicita a apresentação do novo membro da CTIL, representante da ABES/MG, Sr. Rogério Pena Siqueira e inicia a reunião.

2. Aprovação da ajuda memória da reunião CTIL realizada nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2020, em Belo Horizonte/MG e verificação de seus encaminhamentos

O Sr. Roberto Farias questiona se algum membro possui alguma consideração na ajuda memória. Após as correções necessárias, os membros presentes aprovaram a ajuda memória da reunião, com a abstenção de Sonáli Cavalcanti, Wellington e Rogério, em razão de suas ausências à referida reunião. Em seguida Sonáli Cavalcanti pede a palavra para esclarecer o ponto de pauta da recente ajuda

memória aprovada, referente à análise da frequência dos membros da CTIL. Com a palavra, Sonáli Cavalcanti pede para que sua fala conste em ata e diz “*Prezados membros e colegas da Câmara Técnica Institucional e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, fazendo referência ao que é abordado no item 3 da minuta de Memória de Reunião CTIL ocorrida nos dias 06 e 07/02/2020 em Belo Horizonte – MG, que trata da análise de frequência dos membros da CTIL, cita a representante da Chesf e põe em votação o aceite das justificativas apresentadas pela Chesf, temos a considerar:*

- *O procedimento adotado pela Chesf em nenhum momento descumpriu o que está posto na **Deliberação CBHSF nº 102** de 06/12/2018, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Câmaras Técnicas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF (**vide art. 9º, § 5º**), como também a **Deliberação CBHSF nº 106**, de 16/05/2019, que dispõe sobre o Regimento Interno do CBHSF (**vide art 13, §3º e art 45, inciso I, §1º**). Ambas as deliberações quando se referem à exclusão de membro, no caso de ausências, o fazem referindo-se às **ausências não justificadas**, associadas à frequência com que tais **ausências não justificadas** ocorrerem.*
- *É comum, face à característica de nosso trabalho na Chesf, desenvolvido na área de operação de reservatórios, ocorrerem demandas internas que requerem nossos esforços e atenção imediatos, às vezes coincidindo com a necessidade de participação e envolvimento tanto do titular, quanto do suplente que a representam nesta câmara técnica.*
- *As justificativas apresentadas pela Chesf para sua ausência, não faziam referência a apenas “demandas de trabalho”, como escrito na referida minuta de Memória de Reunião CTIL, vez que a atividade que desenvolvemos no comitê também faz parte e se constitui em trabalho para nós da Chesf. A representante da Chesf fez referência às **demandas internas de trabalho**, que não poderiam ser postergadas e, no nosso entendimento não cabe detalhamento, porque não estamos submetendo a justificativa apresentada para aprovação, estamos comunicando. E ainda, uma vez que esta Câmara Técnica se constitui em um fórum do qual participamos por considerar a sua importância não só para a Chesf, usuária das águas do Rio São Francisco, mas para toda a Bacia Hidrográfica deste rio, ou seja, é uma participação de relevante interesse público, caso não houvesse mais interesse em participar, a Chesf teria comunicado seu desligamento.*

Desta forma, expressamos nosso agradecimento aos colegas que ponderaram quanto à pertinência do procedimento sugerido, vez que fuge ao que estabelecem as deliberações que regem o funcionamento das Câmaras Técnicas e do Comitê.

Finalmente, ressaltamos que a Chesf participa do CBHSF desde o início, tendo contribuído para a sua criação, inclusive dando treinamento para os multiplicadores que trabalhavam na época de sua formação, assim como ressaltamos também, que faz parte de nosso histórico de participação, a colaboração responsável, com assiduidade”.

Na sequência, Wellington de Santana solicita que conste em ata os membros que justificaram ausência na reunião e que seja feita a leitura dos encaminhamentos e status de cada um deles. Em seguida, Laura Araújo, analista da APV, faz a leitura dos encaminhamentos e seus respectivos status como de costume. Em seguida, Marcelo Ribeiro comenta sobre a elaboração do ofício à CHESF sobre faltas frequentes, e sugere que tal encaminhamento seja retirado de discussão após a explanação da Sonáli Na sequência, Deivid Oliveira concorda com a proposta de Marcelo Ribeiro e enfatiza que não justifica

a elaboração do ofício. Além disso, reafirma sobre o apoio aos membros da CHESF, pois é uma instituição que sempre se fez presente e em casos de ausência justificaram.

3. Procedimento de Conflito de Uso nº 01/2019 – CBH Grande

Devido a uma falha de conexão do Sr. Marcelo Ribeiro, responsável pelo ponto de pauta referente ao Procedimento de Conflito de Uso nº 03/2015 – Piaçabuçu, optou-se pela inversão dos pontos de pauta. Sr. Roberto Farias passa a palavra à Comissão Processante do Conflito de Uso nº 01/2019. Em seguida, o Sr. Cláudio Ademar explana sobre a situação do processo de conflito de uso do CBH Grande e atualiza os membros da câmara sobre a Escuta Social prevista no comitê do Rio Grande. As escutas sociais foram realizadas no dia 05 de março de 2020 na comunidade do Sítio da Barriguda no município de Catolândia/BA, nas comunidades da Mantiqueira e de Cana Brava no município de Barreiras/BA, com a presença da Comissão Processante, a pedagoga Tatiane convidada, o coordenador da CCR Médio Ednaldo Campos, Roberto Rivelino do CBHSF, o representante do INEMA Vitor, presidente do comitê do Rio Grande Demóstenes Júnior como também o secretário do meio ambiente do município de Barreiras. Informou que no geral percebe-se o engajamento e participação da comunidade para resolução do conflito. No dia 06 de março a comissão participou da reunião planária do CBH Rio Grande na sede do INEMA em Barreiras/BA, em que Cláudio Ademar pode explicar sobre o conflito para os membros do comitê do Rio Grande e a situação do processo de conflito de uso instalado na região. Fala ainda que os membros da Comissão Processante Cláudio Ademar e Moisés Menezes se encontraram com o Promotor Eduardo Bittencourt Filho com o intuito de situar o promotor no processo, este se colocou à disposição e frisou que o processo deve se encaminhar para um Termo de Ajustamento de Conduta com todos os envolvidos. Cláudio Ademar comenta que antes da pandemia ficou acordado que seria realizada uma reunião da CTIL com o promotor Eduardo Bittencourt Filho para planejar a negociação do conflito que foi cancelada. Na sequência, Ednaldo Campos, coordenador da CCR Médio, parabeniza a comissão processante e comenta sobre a importância do momento de escuta social num processo de resolução de conflito de uso da água e questiona sobre o envolvimento da CODEVASF. Em seguida, Cláudio Ademar esclarece que a CODEVASF não deu retorno sobre os ofícios encaminhados pela Comissão Processante e pelo Ministério Público. Na sequência, João Bastos corrobora sobre os posicionamentos colocados pelos colegas da Comissão Processante e acrescenta sobre duas particularidades do conflito de uso do CBH Grande: o município de Barreiras reconhece o conflito, entretanto o município de Catolândia entende que não existe conflito, embora o conflito esteja latente e está adormecido por conta da ocorrência das chuvas na região, o que pode ser visto como um fator dificultador; outro ponto, agora positivo, foi a oitiva da pedagoga Tatiane que poderá ser aproveitada numa futura conversa para que a comissão veja o ponto de vista da profissional sobre o conflito. Conclui que concorda com os demais membros da Comissão sobre a importância da participação do Ministério Público para “intimar” a CODEVASF a fornecer informações relevantes ao processo e participar do processo de mediação do conflito, por ser um dos atores do conflito. Na sequência, Cláudio Ademar sugere que a Comissão entre em contato com o Promotor Eduardo Bittencourt e encaminhe os ofícios enviados à EMBASA, INEMA e CODEVASF, sem retorno. Afirma ainda que irá finalizar o relatório da 2ª visita e encaminhar aos membros da Comissão Processante para depois repassar aos membros da CTIL. Em seguida, alerta que o Processo de Conflito de Uso possui um prazo, este que deverá ser prorrogado devido a pandemia. Na sequência, Roberto Farias sugere que a comissão organize uma data para realizar uma videoconferência para decidir as pendências relacionadas ao processo de conflito de uso, para que este tenha continuidade para a futura conciliação. Cláudio Ademar sugere que sejam feitas duas

reuniões uma com a comissão e uma outra reunião futura com todos os atores do conflito e demais membros da CTIL.

4. Procedimento de Conflito de Uso nº 03/2015 – Piaçabuçu

Após inversão de pauta, Roberto Farias passa a palavra para o Sr. Marcelo Ribeiro explanar sobre o Conflito de Uso de Piaçabuçu. Na sequência, Marcelo Ribeiro comenta que o conflito em questão já está se alongando há certo tempo e que não é por falta de empenho da comissão processante, e sim da Companhia de Água e Saneamento do Estado de Alagoas – CASAL, que poderia agilizar o processo. O conflito de uso de Piaçabuçu pode ser resumido em duas situações distintas, a primeira inerente ao Estado de Alagoas referente à construção de um tanque pulmão para armazenamento de água potável e oferta nos períodos de maior intrusão salina; e outra direcionada à comunidade de Brejo Grande no Estado de Sergipe, em especial ao Povoado Resina, ao qual o CBHSF realizou o aporte de investimento para a construção de uma estrada vicinal para que o Governo do Estado pudesse realizar a perfuração de um poço para abastecer a comunidade, fato que ainda não ocorreu. Para a situação de Alagoas, a Agência Peixe Vivo - APV solicitou revisão dos estudos técnicos elaborados pela CASAL, pois estes foram considerados insuficientes tecnicamente pela APV. Sendo assim, o CBHSF decidiu contratar uma empresa para elaborar os estudos. A empresa contratada, FAMA, elaborou dois produtos que foram entregues à CASAL, o Relatório Técnico e o Projeto Básico. Entretanto, devido à pandemia, a CASAL entrou em um processo de aposentadoria em massa, e o Superintendente de Projetos da CASAL, Sr. Luis Emanuel, responsável por acompanhar o processo foi desligado da CASAL e substituído pelo Gerente, Sr. Júlio César, que ainda está se situando sobre o andamento do processo. Para que se dê prosseguimento ao processo de conflito de uso, a CASAL precisa aprovar os Produtos elaborados pela empresa FAMA. Marcelo Ribeiro acrescenta que ele e o Coordenador da APV, Manoel Vieira, estão cobrando retorno da empresa CASAL sobre a aprovação dos Produtos entregues. Com relação ao Estado de Sergipe, a última reunião, que aconteceria ao final de Maio/2020, teve que ser desmarcada devido à pandemia. O Ministério Público, o representante da comunidade de Resina e o governo do Estado de Sergipe já haviam confirmado participação. Por fim, Marcelo Ribeiro comenta que acha difícil ter alguma evolução por parte do Governo de Sergipe e reitera que será fundamental aguardar para realizar uma reunião presencial em Aracaju/SE para tentar impulsionar o processo. Vale ressaltar que o governo de Sergipe se mobilizou após uma ação civil pública, não foi uma demanda do comitê. O CBHSF se sensibilizou com a comunidade de Resina e investiu recursos na construção da estrada vicinal. Em seguida, Roberto Farias questiona sobre o prazo de avaliação dos produtos entregues à CASAL. Na sequência, Marcelo Ribeiro esclarece que Manoel Vieira da Agência Peixe Vivo está cobrando retorno da CASAL junto ao gerente da estatal e adiciona que caso seja necessário, ele ou o próprio presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, irão cobrar retorno da CASAL para dar encaminhamento ao processo. E no caso de Sergipe, pode-se contatar o representante do Ministério Público Federal para solicitar resposta sobre a construção do poço artesiano, como acordado com o CBHSF após a construção da estrada vicinal. Roberto Farias sugere que todas as ações possíveis de se realizarem remotamente sejam feitas para concluir o processo o mais rápido possível.

5. Discussão sobre normativo relacionado à ausência dos conselheiros de Câmaras Técnicas

O coordenador Roberto Farias questiona se o Sr. Renato Scalco, responsável pelo presente ponto de pauta, justificou ausência na reunião. Com a palavra, a gerente de Integração da APV, Rubia Mansur esclarece que Renato Scalco justificou sua ausência no grupo do whatsapp da CTIL. Disse que o mesmo ficou de minutar o normativo, mas não recebeu o documento. Na sequência, Roberto Farias sugere que após fala da Sonáli Cavalcanti e Marcelo Ribeiro e ausência de Renato Scalco, que este assunto seja encerrado definitivamente, pois este era o momento para discussão. Além disso, o Regimento Interno trata muito bem sobre os mecanismos de controle dessa situação. Em seguida, Wellington Santana questiona a necessidade de criação de um normativo sobre a temática se o Regimento já define acerca do desligamento de membros; e mais, Wellington disse não entender o porquê de se estar envolvendo a colega Sonáli Cavalcanti nessa questão, uma vez que a ausência da Chesf sempre

foi justificada. O coordenador coloca em votação a retirada do ponto de pauta e a câmara resolve por unanimidade a retirada do ponto de pauta.

6. Assuntos Gerais e encerramento

Em seguida, Sonáli Cavalcanti pede a palavra e informa que a Chesf, visando implementar melhorias no processo de comunicação com a população ribeirinha situada na região do Baixo São Francisco, está adotando providências no sentido de enviar informações acerca de alterações na programação das defluências da Usina de Xingó, por meio de mensagem de texto SMS. Realizou campanha publicitária para divulgação da referida ação, com lançamento de spots nos principais veículos de rádio que alcançam a população da citada região, bem como disponibilizou card animado em formato de vídeo em seu portal eletrônico (www.chesf.gov.br) e em suas redes sociais oficiais (Facebook, Twitter, Instagram e LinkedIn). Esta campanha objetiva estimular o cadastramento voluntário e gratuito de números de telefones celulares que desejem receber informações acerca de alterações na programação das defluências da Usina de Xingó. Resumidamente, o processo de cadastramento funciona da seguinte forma: quem tiver interesse em receber SMS, envia uma mensagem de texto para o número 27569, com a palavra-chave rio. De forma automática, o número de telefone fica cadastrado e passará a receber as mensagens enviadas pela Chesf. Desta forma, solicitou, divulgação desta ação junto às suas redes de conhecimento, em especial as da região do Baixo São Francisco. Na sequência, Rubia Mansur comenta sobre o webinar do CBH Rio das Velhas que está acontecendo no canal do comitê no Youtube nos dias 09, 10 e 11/06 às 18h30. E no dia 01/07 às 14h será transmitido o webinar do SIGA SF. Em seguida, Roberto Farias solicita que o link dos webinars sejam enviados por e-mail aos membros. Com a palavra, Rubia Mansur comenta sobre a proposta de metodologia de discussão sobre o Pacto das Águas elaborado pelo Consultor Leonardo Mitre e acrescenta que será realizada uma reunião com os coordenadores das Câmaras Técnicas para tratar sobre esse assunto e o relatório do Pacto das Águas e posteriormente a discussão será replicada aos membros das CCRs e Câmaras Técnicas. Em seguida, Marcelo Ribeiro faz a leitura da minuta de ofício que elaborou em resposta ao pedido da CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos que solicitava informações do CBHSF a respeito do óleo e intrusão salina em Piaçabuçu. Diz que irá verificar com o presidente do CBHSF se o mesmo chegou a enviar o ofício aos interessados. Por fim, ficou definido que a próxima reunião da CTIL será realizada no dia 30 de junho de 2020 por videoconferência. Sem mais assuntos a tratar, o Sr. Roberto Farias agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às 11h50.

Videoconferência realizada em, 09 de junho de 2020.

Luiz Roberto Porto Farias
Coordenador da CTIL

Renato Scalco Silveira
Secretário da CTIL

RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Encaminhar o endereço eletrônico dos pareceres da CTIL para os membros da CTIL e DIREC	APV – Laura	Imediato
2	Encaminhar minuta do ofício do CNDH para os membros da CTIL	APV – Laura	Imediato
3	Cobrar resposta da DIREC sobre o ofício do CNDH	Roberto Farias	30/06/2020
4	Parecer técnico da CTIL sobre o Ofício nº 83/2019 ANA.	Roberto Farias	30/06/2020
5	Verificar retorno dos ofícios encaminhados ao INEMA e EMBASA referente ao conflito do CBH Grande	APV – Laura	30/06/2020
6	Elaborar ofício para o Promotor Eduardo Bittencourt cobrando resposta da CODEVASF sobre o conflito do CBH Grande e encaminhar os ofícios enviados ao INEMA e EMBASA	APV – Laura	30/06/2020
7	Relatório da Visita da Escuta Social do Processo de Conflito de uso nº 01/2019 - CBH Grande	Cláudio Ademar	24/06/2020
8	Situação sobre o Processo de Conflito de Uso de Piaçabuçu – retorno da CASAL sobre os Produtos elaborados pela empresa FAMA	Marcelo Ribeiro	15/06/2020
9	Ofício ao MPF solicitando resposta do Governo de Sergipe sobre a construção do poço.	Marcelo Ribeiro	Imediato